

Volvo Administradora de Consórcio Ltda.

Demonstrações Financeiras
Referente ao Semestre Findo em
30 de Junho de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Cotistas da
Volvo Administradora de Consórcio Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Volvo Administradora de Consórcio Ltda. ("Consórcio"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2020 e das variações nas disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Volvo Administradora de Consórcio Ltda. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio em 30 de junho de 2020 e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Consórcio, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Consórcio é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Consórcio continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Consórcio ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Consórcio.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Consórcio. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Consórcio a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 14 de setembro de 2020


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR


João Paulo Stelfeld Passos
Contador
CRC nº 1 PR 053072/O-7

VOLVO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>30 de junho de 2020</u>	<u>31 de dezembro de 2019</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>30 de junho de 2020</u>	<u>31 de dezembro de 2019</u>
Caixa e equivalentes de caixa		19	17	Passivos fiscais e previdenciários		7.713	6.346
Ativo financeiros		117.670	98.917	Fiscais e previdenciárias		7.493	6.172
Títulos e valores mobiliários	3	117.670	98.917	Provisão para férias		221	175
Outros créditos	4	2.271	834	Outras obrigações		40.241	36.776
Créditos tributários	10	4.528	6.010	Recursos a devolver a consorciados	5	18.968	16.962
Valores pendentes de recebimento	5	21.273	19.814	Recursos pendentes	5	21.273	19.814
				Provisões		16.314	18.804
PERMANENTE		171	189	Provisão para pagamentos a efetuar	6	8.223	10.342
Imobilizado de uso		32	42	Outras obrigações - diversas	7	8.090	8.462
Outras imobilizações de uso		520	520				
Depreciação acumulada		(488)	(478)				
Intangível		139	147				
Ativo intangível		337	318	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		81.664	63.855
Amortização acumulada		(198)	(171)	Capital social		21.956	21.956
				Reserva legal		2.603	2.603
				Lucros acumulados		57.105	39.296
TOTAL DO ATIVO		145.932	125.781	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		145.932	125.781

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VOLVO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	Nota explicativa	Semestre findo em 30 de junho de 2020	Semestre findo em 31 de dezembro de 2019
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>1.467</u>	<u>1.836</u>
Rendas de títulos e valores mobiliários		1.467	1.836
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.467	1.836
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS		<u>25.497</u>	<u>19.636</u>
Receitas de prestação de serviços (taxa de administração)		49.920	51.844
Outras receitas operacionais	12	263	1.952
Despesas financeiras		(187)	(175)
Despesas administrativas	11	(16.879)	(26.113)
Despesas com amortização e depreciação		(38)	(37)
Despesas tributárias		(7.166)	(7.460)
Outras despesas operacionais	13	(416)	(373)
RESULTADO OPERACIONAL		26.964	21.473
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>26.964</u>	<u>21.473</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	10	<u>(9.156)</u>	<u>(7.015)</u>
Provisão para imposto de renda		(5.640)	(5.674)
Provisão para contribuição social		(2.035)	(2.199)
IR/CS diferidos		(1.482)	858
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		<u>17.808</u>	<u>14.457</u>
QUANTIDADE DE COTAS	9	<u>21.955.074</u>	<u>21.955.074</u>
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR COTA - EM REAIS		<u>0,81</u>	<u>0,66</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VOLVO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Semestre findo em 30 de junho de 2020	Semestre findo em 31 de dezembro de 2019
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	17.808	14.457
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE	<u>17.808</u>	<u>14.457</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VOLVO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	21.956	2.389	12.610	36.955
Lucro líquido do semestre	-	-	12.443	12.443
Constituição de reserva legal	-	214	(214)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019	<u>21.956</u>	<u>2.603</u>	<u>24.839</u>	<u>49.398</u>
Lucro líquido do semestre	-	-	14.457	14.457
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	<u>21.956</u>	<u>2.603</u>	<u>39.296</u>	<u>63.855</u>
Lucro líquido do semestre	-	-	17.808	17.808
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020	<u>21.956</u>	<u>2.603</u>	<u>57.105</u>	<u>81.664</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VOLVO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais - R\$)

	Semestre findo em 30 de junho de 2020	Semestre findo em 31 de dezembro de 2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	26.964	21.473
Ajustes ao lucro antes dos impostos	<u>151</u>	<u>(1.207)</u>
Depreciações e amortizações	38	37
Provisões para contingências e para perdas nos grupos de consórcio	113	(1.244)
	<u>27.115</u>	<u>20.266</u>
LUCRO AJUSTADO		
Variação nos ativos e passivos		
Aumento em títulos disponíveis para venda	(18.753)	(13.562)
Aumento em outros créditos	(1.414)	(848)
Redução em outras obrigações	(1.376)	(124)
Imposto de renda e contribuição pagos	<u>(5.551)</u>	<u>(5.695)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	21	37
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicação no intangível	<u>(19)</u>	<u>(43)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(19)	(43)
	<u>2</u>	<u>(6)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Início do período	17	23
Fim do período	19	17
	<u>2</u>	<u>(6)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VOLVO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>30 de junho de 2020</u>	<u>31 de dezembro de 2019</u>	<u>PASSIVO</u>	<u>30 de junho de 2020</u>	<u>31 de dezembro de 2019</u>
CIRCULANTE	<u>779.123</u>	<u>734.372</u>	CIRCULANTE	<u>779.123</u>	<u>734.372</u>
Disponibilidades	645	379	Outras obrigações	<u>779.123</u>	<u>734.372</u>
Aplicações financeiras	245.900	234.858	Obrigações diversas	<u>779.123</u>	<u>734.372</u>
Outros créditos	532.578	499.135	Obrigações com consorciados	467.870	440.180
			Valores a repassar	20.229	19.161
DIREITOS JUNTO A CONSORCIADOS CONTEMPLADOS			Obrigações por contemplações a entregar	215.470	209.789
Bens retomados ou devolvidos	1.288	2.491	Obrigações com a Administradora	1.074	185
Normais	517.388	483.414	Recursos a devolver a consorciados	49.779	42.770
Em atraso	1.113	1.555	Recursos do grupo	24.701	22.287
Em cobrança judicial - grupos em andamento	12.789	11.675			
TOTAL DO ATIVO	<u>779.123</u>	<u>734.372</u>	TOTAL DO PASSIVO	<u>779.123</u>	<u>734.372</u>
COMPENSAÇÃO	<u>5.374.430</u>	<u>5.645.692</u>	COMPENSAÇÃO	<u>5.374.430</u>	<u>5.645.692</u>
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	39.198	39.111	Recursos mensais a receber de consorciados	39.198	39.111
Contribuições devidas ao grupo	2.706.798	2.840.000	Obrigações do grupo por contribuições	2.706.798	2.840.000
Consortados - bens a contemplar	2.628.434	2.766.581	Bens ou serviços a contemplar - valor	2.628.434	2.766.581
	<u>6.153.553</u>	<u>6.380.064</u>		<u>6.153.553</u>	<u>6.380.064</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VOLVO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019

Em milhares de reais

	Semestre findo em 30 de junho de 2020	Semestre findo em 31 de dezembro de 2019
DISPONIBILIDADES INICIAIS	<u>235.237</u>	<u>211.213</u>
Depósitos bancários	379	769
Aplicações financeiras do grupo	25.069	26.604
Aplicações financeiras vinculadas a contemplação	209.789	183.840
RECURSOS COLETADOS	<u>388.357</u>	<u>380.962</u>
Contribuições para aquisição de bens	329.957	319.980
Taxa de administração	49.033	50.450
Contribuições ao fundo de reserva	1.831	1.835
Rendimentos de aplicações financeiras	3.472	4.664
Multas e juros moratórios	544	504
Prêmios de seguro	1.227	1.185
Custas judiciais	700	583
Outros	1.593	1.761
RECURSOS UTILIZADOS	<u>(377.049)</u>	<u>(356.938)</u>
Aquisição de bens	(312.455)	(296.969)
Taxa de administração	(49.083)	(50.852)
Multas e juros moratórios	(272)	(252)
Prêmios de seguro	(1.441)	(983)
Custas judiciais	(329)	(861)
Devolução a consorciados desligados	(1.615)	(1.088)
Outros	(11.854)	(5.933)
DISPONIBILIDADES FINAIS	<u>246.545</u>	<u>235.237</u>
Depósitos bancários	645	379
Aplicações financeiras do grupo	30.430	25.069
Aplicações financeiras vinculadas a contemplação	215.470	209.789

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VOLVO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Volvo Administradora de Consórcio Ltda. ("Consórcio"), controlada pelo Banco Volvo (Brasil) S.A., com sede em Curitiba - PR, iniciou suas atividades em 1994 e tem como objetivo a administração de grupos de consórcio para aquisição de caminhões, ônibus e equipamentos de construção da marca Volvo e está autorizado pelo Banco Central do Brasil - BACEN a operar sob a forma de Administradora de Consórcio. As suas atividades operacionais inserem-se no contexto dos negócios da Volvo do Brasil Veículos Ltda.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria do Consórcio em 14 de setembro de 2020.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN e do BACEN, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração do Consórcio no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota nº 2.3.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma, a Instituição na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos aprovados pelo BACEN:

- Resolução CMN nº 3.566/08 - CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.
- Resolução CMN nº 4.720/19 - CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- Resolução CMN nº 4.636/18 - CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas.
- Resolução CMN nº 3.989/11 - CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações.
- Resolução CMN nº 4.007/11 - CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

- Resolução CMN nº 3.973/11 - CPC 24 - Evento Subsequente.
- Resolução CMN nº 3.823/09 - CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.
- Resolução CMN nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1).
- Resolução CMN nº 4.424/15 - Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.
- Resolução CMN nº 4.748/19 - CPC 46 - Mensuração do Valor Justo.
- Resolução CMN nº 4.818/20 - CPC 41 - Resultado por ação.

2.2. Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

Em 30 de Junho de 2020, o caixa e equivalentes de caixa da Administradora era composto exclusivamente por suas disponibilidades (caixa).

b) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01 e regulamentação complementar, em 30 de junho de 2020, os títulos e valores mobiliários passaram a ser classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas: títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento.

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que o Banco tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (nota nº 10).

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

d) Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo de aquisição e a sua depreciação é calculada linearmente às taxas anuais de vida útil de 10% a 20%.

e) Intangível

Composto substancialmente de gastos logísticos demonstrados pelo custo e amortizados pelo método linear à taxa anual de vida útil de 20%. Novos gastos foram contabilizados no ativo intangível, a partir desta data.

f) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

g) Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

h) Apuração do resultado

A taxa de administração é reconhecida como receita por ocasião de seu efetivo recebimento. As despesas com comissões sobre vendas são apropriadas ao resultado conforme condições de elegibilidade a qual considera o recebimento das parcelas dos consorciados às quais estão vinculadas. As demais receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência.

i) Benefícios a empregados

O Consórcio opera com plano de pensão exclusivo, a cargo da Vikingprev Sociedade de Previdência Privada. O plano é financiado por pagamentos proporcionais de acordo com os cálculos atualizados anualmente. O Consórcio tem apenas plano de contribuição definida.

O Consórcio faz contribuições para o plano privado, de forma contratual. O Consórcio não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois de que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

2.3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes e perdas nos grupos de consórcio; (iii) créditos tributários; (iv) créditos de liquidação duvidosa. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

2.4. Alterações na apresentação das demonstrações financeiras

A Circular Bacen n.º 3.950/2019 e seus normativos complementares alteraram, a partir de 01.01.2020, os critérios gerais de elaboração e divulgação de demonstrações contábeis até então vigentes para administradoras de consórcios. Com base na referida Circular e na Circular Bacen n.º 3.959/2019, a BB Consórcios realizou mudanças na apresentação das Demonstrações Contábeis atendendo à respectiva Circular, dentre as quais destacamos:

Balanco Patrimonial

Apresentação das contas do ativo e do passivo exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas;

Adoção de novas nomenclaturas e grupamentos de itens patrimoniais, tais como: caixa e equivalentes de caixa, ativos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões.

Demonstração do Resultado

Utilização de novas nomenclaturas de receitas e despesas de intermediação financeira em linha com os grupamentos apresentados no balanço patrimonial.

3. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da carteira

Tipo de aplicação	Remuneração anual média - %	Valor de mercado	
		30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	5,57	32.721	18.398
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	5,02	17.678	14.384
Certificado de Depósito Bancário (CDB pós-ligada)	6,80	67.271	66.135
Total		<u>117.670</u>	<u>98.917</u>
Ativo circulante		<u>29.548</u>	<u>26.089</u>
Ativo não circulante		<u>88.122</u>	<u>72.828</u>

b) Classificação da carteira de títulos e valores mobiliários

	<u>30 de junho de 2020</u>	<u>31 de dezembro de 2019</u>
Títulos disponíveis para venda	<u>117.670</u>	<u>98.917</u>

Os títulos disponíveis para venda são representados por aplicações financeiras em títulos públicos federais e CDB com remuneração vinculada à variação do Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com os seguintes vencimentos:

	<u>Valor de mercado</u>
A vencer em até 12 meses	29.548
A vencer acima de 12 meses	88.122
Total	<u>117.670</u>

4. OUTROS CRÉDITOS

	<u>30 de junho de 2020</u>	<u>31 de dezembro de 2019</u>
Adiantamentos e antecipações salariais	44	8
Impostos a compensar e recuperar	12	12
Taxa de Administração a receber	1.627	692
Outros valores a receber	588	122
Total - Circulante	<u>2.271</u>	<u>834</u>

5. RECURSOS DE GRUPOS ENCERRADOS E RECURSOS PENDENTES DE RECEBIMENTO

Representam os recursos a devolver a consorciados desistentes, excluídos e provenientes de rateios de saldos, transferidos para a Administradora e mantidos à disposição dos participantes desses grupos encerrados, os quais são atualizados monetariamente e acrescidos dos recursos pendentes de recebimento em cobrança judicial, nos grupos encerrados. Sendo assim, seguindo as determinações da Carta-Circular BACEN nº 3.047/02, a Administradora possui em 30 de junho de 2020, os saldos de R\$18.968 (2019 - R\$16.962) de recursos não procurados, registrados como obrigações no passivo circulante, e R\$21.273 (2019 - R\$19.814) referentes a recursos ainda pendentes de recebimento em cobrança judicial, os quais serão rateados aos grupos quando de seu recebimento efetivo, registrados no ativo e passivo não circulante.

6. PROVISÃO PARA PAGAMENTOS A EFETUAR

	30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019
Comissões a pagar	2.725	5.796
Gratificações a funcionários	488	414
Campanha de Vendas	2.278	2.483
Serviço técnico especializado	920	525
Valores a pagar - partes relacionadas	532	983
Outros	1.280	141
Total - Circulante	8.223	10.342

7. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

a) Composição

	30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019
<u>Passivo não circulante</u>		
Provisão para perdas nos grupos de consórcio (i)	1.296	1.675
Provisão para contingências (ii)	6.794	6.787
Total	8.090	8.462

(i) Provisão para cobrir as responsabilidades da Administradora no encerramento de grupos em andamento.

(ii) A natureza das obrigações refere-se, principalmente, a processos cíveis com discussões de itens contratuais, classificadas pela Administração como de risco de perda provável.

b) Movimentação no período

	Provisão para perdas nos grupos de consórcio	Provisão para contingências	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.675	6.787	8.462
Constituição (reversão) de provisão	112	(375)	(263)
Utilização de provisão (líquida de recuperações)	(491)	382	(109)
Saldo em 30 de junho de 2020	1.296	6.794	8.090

	Provisão para perdas nos grupos de consórcio	Provisão para contingências	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.580	5.856	10.426
Constituição (reversão) de provisão	(91)	872	781
Utilização de provisão (líquida de recuperações)	(1.402)	-	(1.402)
Saldo em 30 de junho de 2019	3.087	6.718	9.805

Perdas possíveis

O Consórcio mantém um sistema de acompanhamento para os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso para os casos em que consta como ré e a probabilidade de êxito dos casos em que consta como parte autora. Os processos administrativos e judiciais são acompanhados continuamente por escritórios especializados e, se necessário, é realizada a reclassificação de risco. Os processos contingentes de natureza fiscal avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, em observância a Resolução CMN nº 3.823/09 - CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de montante relevante.

8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações realizadas pela Administradora com partes relacionadas compreendem aplicações de depósito a prazo, contratadas com taxas de mercado e despesas administrativas referentes a contratos específicos de prestação de serviços.

	Títulos e valores mobiliários		Receitas financeiras		Despesas de prestação de serviços		Outros ativos (passivos)	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Banco Volvo (Brasil) S.A.	67.271	66.135	1.136	2.127	(1.560)	(3.120)	(260)	(260)
Volvo do Brasil Veículos Ltda.	-	-	-	-	(98)	(267)	(25)	(722)
Dipesul Veículos Ltda.	-	-	-	-	-	-	(89)	-
Lapônia Sudeste Ltda.	-	-	-	-	-	-	(158)	-

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, o capital social está dividido em 21.955.074 cotas com valor nominal unitário de R\$1,00 totalmente integralizado, sendo 21.955.073 cotas pertencentes ao Banco Volvo (Brasil) S.A..

O lucro líquido apurado em cada exercício é destinado de acordo com a deliberação dos cotistas representando a maioria do capital social, observadas as determinações legais pertinentes.

10. IMPOSTO DE RENDA (IR) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL)

Descrição	30 de junho de 2020		31 de dezembro de 2019	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes da tributação	26.964	26.964	21.473	21.473
Constituição (reversão) de provisões para contingências/ provisão para perdas nos grupos de consórcio	(372)	(372)	(1.343)	(1.343)
Outras adições (exclusões) temporárias	(3.986)	(3.986)	1.543	1.543
Despesas indedutíveis	(-)	(-)	434	434
Lucro tributável	22.606	22.606	22.107	22.1077
IR e CSLL antes dos incentivos	(5.640)	(2.035)	(6.094)	(2.199)
(-) Incentivos fiscais	-	-	420	-
IR e CSLL às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(5.640)	(2.035)	(5.674)	(2.199)

a) Impostos diferidos

A Administradora possuía diferenças temporárias de tributos sendo R\$8.090 de saldo de passivos contingentes e perdas nos grupos de consórcio, R\$1.718 de provisão de comissão, R\$3.309 de provisão de campanha e R\$200 referente a participação nos lucros, totalizando R\$13.317 (2019 - R\$17.675), provenientes principalmente de provisões contábeis temporariamente indedutíveis sobre os quais foram contabilizados créditos tributários ativos, no montante de R\$4.528 (2019 - R\$6.010).

A Administradora não possuía base negativa de contribuição social e prejuízo fiscal para fins de imposto de renda em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

O reconhecimento contábil levou em consideração a realização provável desses tributos a partir de resultados futuros elaborados com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores dos ativos apresentam as seguintes expectativas de realização:

<u>Ano</u>	<u>Diferenças temporárias</u>
2020	2.212
2021	1.162
2022	577
2023	577
Total	<u>4.528</u>

b) Movimentação no período

	<u>Diferenças temporárias</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	6.010
Créditos tributários constituídos	389
Créditos tributários utilizados	(1.871)
Saldo em 30 de junho de 2020 - ativo não circulante	<u>4.528</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.758
Créditos tributários constituídos	777
Créditos tributários utilizados	(1.382)
Saldo em 30 de junho de 2019 - ativo não circulante	<u>5.153</u>

O valor presente dos créditos tributários de diferenças temporárias, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$4.372 (2019 - R\$5.773).

11. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>Semestre findo em</u> <u>30 de junho de 2020</u>	<u>Semestre findo em</u> <u>31 de dezembro de 2019</u>
Despesas de comissões e campanhas (*)	11.137	20.139
Despesas de pessoal	1.173	1.088
Despesas de prestação de serviços	2.368	2.419
Previdência social e complementar	269	289
Viagens	80	141
Processamento de dados	329	476
Propaganda e publicidade	1.076	750
Outros	447	811
Total	<u>16.879</u>	<u>26.113</u>

(*) Vide nota nº 2.2 h.

12. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Referem-se, principalmente, à reversão de provisões para perdas para os grupos de consórcio, no valor de R\$263 (2019 - R\$1.952).

13. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Referem-se, principalmente, à constituição de provisões para contingências e perdas nos grupos de consórcio no valor de R\$416 (2019 - R\$373).

14. RECURSOS DE CONSÓRCIOS

As demonstrações dos recursos de consórcios representam a consolidação das posições individualizadas de cada grupo e é mantida nos balancetes mensais da Administradora em contas de compensação. As principais rubricas são representadas por:

a) Aplicações financeiras

São os recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos, aplicados em títulos públicos atualizados até a data de encerramento das demonstrações financeiras. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao saldo de caixa de cada grupo, por ocasião das assembleias mensais, não incidindo taxa de administração sobre os eles.

b) Recursos a devolver a consorciados

Correspondem aos valores atualizados a serem pagos aos consorciados desistentes, líquidos da taxa de administração retida pelo consórcio.

c) Recursos coletados

Representam os pagamentos das prestações feitos pelos grupos. O valor das prestações mensais é determinado com base no valor do bem, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração e do fundo de reserva.

O fundo de reserva destina-se, principalmente, à cobertura de eventuais insuficiências de caixa de cada grupo e é constituído com 0,30% a 1% sobre as prestações recebidas e pelos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras das disponibilidades de cada grupo.

d) Recursos utilizados

Representam os desembolsos efetuados por conta dos grupos de consórcio com a aquisição de bens para os consorciados contemplados e para sua manutenção, inclusive a taxa de administração, a qual é cobrada dos participantes sobre as prestações mensais recebidas com taxas variáveis de 10,50% a 14,00%.

e) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados

Demonstram a previsão de recebimentos de contribuições (fundos comuns e de reserva) de consorciados. O montante foi calculado com base nos preços dos bens vigentes em 30 de junho de 2020 e de 2019.

f) Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições

Referem-se às contribuições (fundos e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final de cada grupo. O saldo, em 30 de junho de 2020, está representado por contribuições devidas por 33 (2019 - 34) grupos, correspondendo a 12.516 (2019 - 13.004) consorciados.

g) Consorciados - bens a contemplar e obrigações por futuras contemplações

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço dos bens vigente no fim do período.

h) Demonstração das variações consolidadas nas disponibilidades de grupos

Apresenta os recursos coletados e utilizados a valores históricos.

i) Sumário das operações de consórcio de caminhões e ônibus

	Quantidade de grupos	Quantidade de cotas	Quantidade de cotas ativas			Cotas quitadas
		Contempladas	Não contempladas	Em dia	Inadimplentes	
2020	33	6.391	5.883	11.248	1.026	2.017
2019	34	6.222	6.400	11.478	1.144	2.055

Em 30 de junho de 2020, as prestações em atraso montam a R\$13.902 (2019 - R\$13.230) incluindo as ajuizadas.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, assim como durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Consórcio não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

16. GESTÃO DE RISCOS

O Consórcio, instituição integrante da divisão Volvo Financial Services do Grupo Volvo, gerencia os riscos e incertezas dos seus negócios com base em diretrizes globais e regulamentações locais.

O principal objetivo da gestão de riscos é a identificação e monitoração de ameaças a que nossos negócios estão sujeitos, principalmente em períodos ou situações desfavoráveis. Para o Grupo Volvo, gerir riscos é a forma mais eficiente para a manutenção de uma rentabilidade sustentada e positiva.

O Consórcio é parte do Conglomerado Prudencial do Banco Volvo (Brasil) S.A. o qual realiza periodicamente avaliação dos riscos de mercado, de crédito, liquidez e operacional, assim como possui estrutura de gerenciamento de riscos.

17. PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

a) Fundo de pensão

A suplementação da aposentadoria dos funcionários está a cargo da Vikingprev Sociedade de Previdência Privada, uma entidade fechada de previdência complementar, estabelecida sob a forma de sociedade civil de caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. O Consórcio, por ser um dos patrocinadores, é responsável pelas contribuições proporcionais definidas de acordo com os cálculos atualizados anualmente.

b) Planos de benefícios

A modalidade desse plano é contribuição definida na formação das reservas e também contribuição definida no pagamento da renda mensal a partir da aposentadoria. Apenas para os participantes inscritos no plano até maio de 2011, há a opção por benefício definido no pagamento da renda mensal vitalícia a partir da aposentadoria. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Administradora efetuou contribuições no montante de R\$35 (2018 - R\$40), referentes à contribuição básica e custeio administrativo.

c) Passivo atuarial

A conciliação dos ativos e passivos reconhecidos em 31 de dezembro está demonstrada a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Valor presente das obrigações atuariais	(110.063)	(78.991)
Valor justo dos ativos	<u>150.609</u>	<u>109.308</u>
Situação financeira do plano	<u>40.546</u>	<u>30.317</u>

Os ganhos identificados estão relacionados à rentabilidade dos ativos do plano - diferenças entre as premissas atuariais e o que ocorreu efetivamente, sendo assim considerados ganhos atuariais. Estes ganhos não são reconhecidos pela Consórcio, de acordo com o Pronunciamento CPC 33 - Benefícios a empregados.

d) Premissas atuariais

As principais premissas atuariais da Vikingprev Sociedade de Previdência Privada, no exercício findo em 31 de dezembro são as seguintes:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<u>Hipóteses econômicas</u>		
Taxa de desconto	7,74% a.a. (nominal)	9,53% a.a. (nominal)
Taxa de retorno esperado dos ativos	7,74% a.a. (nominal)	9,53% a.a. (nominal)
Crescimento dos benefícios da Previdência Social e dos limites	4,25% a.a. (nominal)	4,50% a.a. (nominal)
Inflação	4,25% a.a.(nominal)	4,50% a.a. (nominal)
<u>Hipóteses demográficas</u>		
Tábua de mortalidade	AT-2000 Média suavizada em 30%	AT-2000 Média suavizada em 20%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000 Média suavizada em 20%	AT-2000 Média suavizada em 20%

18. CONTINUIDADE OPERACIONAL

A Administração avaliou a capacidade de a Consórcio continuar operando normalmente e está convencida de que a mesma possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento sobre incerteza material que possa gerar dúvidas significativas a respeito de sua capacidade de continuar operando. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Embora o desaquecimento econômico decorrente da adoção de medidas de isolamento social para conter a pandemia da COVID-19 tenha atingido diversas empresas no Brasil e no mundo, a Consórcio possui capital e liquidez suficientes para suportar eventuais perdas projetadas para os negócios nesse período e nos que se seguem.

Apesar da gravidade e ineditismo da atual conjuntura na história recente, considerando a experiência da Consórcio no gerenciamento e monitoramento de riscos, do capital e da liquidez, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.
